

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: CONTRAPONTO AO ÓDIO E À INTOLERÂNCIA

MOACIR GADOTTI ¹

RESUMO

Vivemos uma época de transição diante de ameaças aos direitos humanos e à democracia. Nesse contexto, a Educação em Direitos Humanos tem um papel primordial, não só no fortalecimento da resistência democrática mas, também, para garantir direitos adquiridos e conquistar novos direitos. Num clima de ódio e de intolerância que se manifesta sobretudo pelas redes sociais, a Educação em Direitos Humanos precisa pautar a necessidade do diálogo, do entendimento, da reflexão crítica, se contrapondo à manipulação e à doutrinação. O autor conclui que há ainda um enorme desconhecimento em relação aos Direitos Humanos e é preciso construir políticas públicas e a oportunidade é a criação de planos de Educação em Direitos Humanos que exigem, além de negociação, mediação e construção coletiva, conhecimento científico, estudo e pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE

Direitos Humanos. Resistência democracia. Política. Tolerância. Diálogo. Autonomia. Entendimento. Diversidade. Políticas públicas. Planos de Educação em Direitos Humanos.

1. Presidente de Honra do Instituto Paulo Freire. Professor aposentando da Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

We are living in a time of transition in the face of threats to human rights and democracy. In this context, Human Rights Education plays a key role not only in strengthening democratic resistance but also in securing acquired rights and gaining new rights. In an atmosphere of hatred and intolerance that is manifested mainly by social networks, Education in Human Rights needs to guide the need for dialogue, understanding, critical reflection, as opposed to manipulation and indoctrination. The author concludes that there is still a great lack of knowledge regarding Human Rights and it is necessary to build public policies and the opportunity is the creation of Human Rights Education plans that require, in addition to negotiation, mediation and collective construction, scientific knowledge, study and search.

KEYWORDS

Human rights. Resistance democracy. Policy. Tolerance. Dialogue. Autonomy. Understanding. Diversity. Public policy. Human Rights Education Plans.

Vivemos tempos obscuros, sombrios, de ameaças à democracia e aos Direitos Humanos, não só no Brasil. É neste cenário que gostaria de desenvolver algumas ideias em torno da necessidade de realçar a importância da Educação em Direitos Humanos.

Em termos globais, vivemos num mundo com fortes tendências conservadoras, muito bem expresso por Zygmunt Bauman (2001) no seu conceito de “modernidade líquida”, uma modernidade individualista, onde nada é sólido, nada tem valor definido, tudo parecer temporário, passageiro. O que vale hoje não vale mais amanhã. Não há regras fixas, normas, princípios. Tudo é válido até aviso em contrário.

A essa modernidade falta uma perspectiva histórica. Vive-se num presente fugaz, frágil, quando não fútil. Trata-se de uma modernidade onde o privado prevalece sobre o público, sobre o comunitário, que leva ao descrédito da política. Na sociedade do espetáculo e da espetaculização - da política, do judiciário, da violência - tudo se passa ao vivo. Sem ontem e sem amanhã, vivemos o presente. Impera o presentismo.

No Brasil, tivemos muitas conquistas nessas últimas décadas, mas, no campo da educação, não conseguimos construir uma sólida cultura de Direitos Humanos, uma cultura democrática, cidadã, de solidariedade, de companheirismo e de compromisso com uma sociedade justa e igualitária. Prevaleceu um certo descuido com a formação política e isso abriu espaço para o que estamos presenciando hoje: a manipulação e a doutrinação política que incute a intolerância e o ódio, onde o diferente é transformado em “inimigo”. Sim, conquistamos um belo *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*, mas a sua prática é ainda muito precária, tanto nas escolas quanto na sociedade.

1. UM QUADRO DE AMEAÇAS AOS DIREITOS HUMANOS

A escola precisa ser mais plural, respeitar a liberdade, valorizar a diversidade, favorecer a inclusão, promover a democracia. Ela não pode segregar, discriminar, reprimir. A escola é um espaço privilegiado de criação da liberdade e da criatividade.

A escola não pode reproduzir o *modus operandi* da mídia. A mídia valoriza o “ao vivo”, o instantâneo, o aqui, o agora, como se estivéssemos vivendo o que está acontecendo globalmente, mesmo que seja violento, fugaz ou fútil. Ao contrário, a escola deveria valorizar o permanente, o clássico, entrelaçando passado, presente e futuro. Ela precisa muito de uma perspectiva histórica. Não correr atrás do último grito, consumir a última notícia. A escola precisa alimentar-se da história.

Educar não é adestrar. Todo proselitismo, toda doutrinação, devem ser combatidas. Isso não significa que o professor, a professora, devam se omitir, ficar neutros, indiferentes. É dever do professor formar cidadãos, fomentando o debate e a discussão sobre valores, sobre a educação que precisamos para construir o país que queremos. Os temas transversais dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* foram introduzidos também para isso. A ética, a diversidade cultural e a discussão de gênero devem fazer parte desta formação cidadã.

O que favorece a manipulação e a doutrinação é nossa falta de espírito crítico

e de reflexão que permeia escola e sociedade, apontada, há décadas, pelos educadores. Nossa pedagogia não é reflexiva, crítica. É dogmática, “bancária”, na expressão de Paulo Freire. Na falta de argumentação, o que se observa é a ofensa, o preconceito, quando não o ódio, a discriminação e a intolerância.

O que distingue um professor, entre outras profissões, é a autoria. Ele ensina o que é e não só o que sabe. Ser autor é ter autonomia, ser protagonista, ser um organizador da aprendizagem e não um mero lecionador. É posicionar-se, é ter opinião própria, falar por si mesmo, não ser um seguidor de ideias, mas um criador de espíritos.

Em janeiro de 2017 a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados divulgou uma lista de quarenta ameaças aos Direitos Humanos que partem do legislativo. Algumas dessas iniciativas já foram aprovadas, outras ainda tramitam. Nesta lista estão o fim dos *direitos trabalhistas*, retrocessos na *reforma agrária*, fim das *demarcações indígenas*, proibição do *casamento homoafetivo*, restrição à *laicidade* do Estado, restrição da *liberdade de ensino*, redução da *maioridade penal*, *desmonte* do Estado e das políticas que garantem direitos sociais, reforma da previdência etc.

Como disse, também janeiro de 2017, na PUC-SP, o professor Paulo Sérgio Pinheiro, que foi Ministro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, hoje estamos vivendo, no Brasil, a “desconsolidação da democracia”. Ele sustentou que “a caminhada pela consolidação da democracia foi interrompida com a destituição da presidente Dilma sem crime de responsabilidade”. Foram quatro décadas de avanços nos Direitos Humanos que estão agora em risco por um governo ilegítimo, não eleito democraticamente. Temos a pior distribuição de renda do mundo que pode ser ainda pior com as políticas retrógradas apresentadas pelo governo usurpador e em aprovação num congresso envolvido em corrupção a começar pelos mandatos comprados com dinheiro de poderosos grupos econômicos.

Essas afirmações do ex-ministro Paulo Sérgio Pinheiro, hoje consultor da ONU, sintetizam o cenário dos Direitos Humanos no qual estamos vivendo hoje.

2. DESQUALIFICAÇÃO DA POLÍTICA

Em 2012 vivemos grandes mobilizações populares em favor da *Iniciativa Popular pela Reforma do Sistema Político Brasileiro*. A ideia era ampliar o poder da população apresentar diretamente suas propostas e fortalecer os instrumentos de democracia direta, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, previstos na Constituição de 1988. Foi uma batalha perdida.

O governo Dilma defendeu ardorosamente o “Sistema Nacional de Participação Social” para ampliar a participação cidadã. Todos sabemos o que aconteceu. O decreto de criação desse sistema foi criminalizado pelo Congresso mesmo reconhecendo que se estava apenas consagrando em lei o que já era implementado, por meio de conselhos e conferências, que começaram nos anos 30 do século passado, com Getúlio Vargas.

É como se o Brasil voltasse ao Império e negasse as conquistas da República.

Em 2013 vimos renascer um forte movimento social em favor de mais direitos. Começou com o *Movimento Passe Livre*. Mas, o que começou como luta por direitos, transformou-se, primeiro, em repúdio aos políticos, e, depois, no repúdio à própria política, fortemente influenciado pela mídia reacionária e de mercado.

A referência política passou a ser o Mercado e seus “bons” gestores. Esses “gestores” que se apresentam como não políticos, mas, sendo claramente políticos. Apresentam-se como o novo, sem compromissos com partidos. Mas seu compromisso é o Mercado, a mercantilização, a privatização. O Mercado e sua mídia tem sim partido. São partidos. Nessa perspectiva da política, a cidadania deixa de ser a referência. A referência política passa a ser o Mercado.

Bombardeada, sem trégua, nessa perspectiva distorcida da realidade pela mídia de mercado (não pela mídia cidadã, democrática), a população perdeu a confiança nos políticos e na política. A mídia ofereceu a resposta: eleja “gestores privados”. Mercantilizou-se a política. As eleições de 2016 mostraram o quanto essa descrença na política avançou. A abstenção foi tanta que pôs em dúvida a legitimidade dessa representação política.

O fascismo ganha materialidade na ojeriza à política que é propagada nas escolas “sem partido”, na mídia “sem partido”, no judiciário “sem partido” etc. O que a mídia de mercado vem fazendo pela desmoralização da política, com o silêncio cúmplice de boa parte do judiciário, acaba legitimando o comportamento de pessoas que ultrapassa limites civilizatórios mínimos. É como se ela estivesse dando aval, autorizando pessoas a cometerem atos fascistas que essa mesma mídia sequer tem coragem de comentar de tão obscenos ou grotesco que são esses atos. Não são atos apenas contra alguém. São atos que negam ao outro qualquer traço de humanidade.

Ao nos insurgir contra o ódio e a intolerância, em todos os campos, não estamos propondo ser “tolerantes”, abrir mão de direitos ou assumir posições “adocicadas”, como diz Paulo Freire. Há uma compreensão perversa do que se entende por “tolerância”. Não estamos falando aqui de tolerância como condescendência que é uma concepção alienada e alienante de tolerância, “como favor do tolerante ao tolerado” (FREIRE, 2014: 25). Falamos de tolerante como “virtude da convivência humana... a qualidade de conviver com o diferente... a tolerância verdadeira não é, condescendência nem favor que o tolerante faz ao tolerado... na tolerância virtuosa não há lugar para discursos ideológicos, explícitos ou ocultos, de sujeitos que, julgando-se superiores aos outros, lhes deixam claro ou insinuam o favor que lhes fazem por tolerá-los... o que a tolerância autêntica demanda de mim é que respeite o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opções, seus gostos, que não o negue só porque é diferente” (Idem p. 26).

3. PAPEL HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O campo democrático precisa urgentemente reagir a esse Estado de Exceção que avança numa velocidade espantosa porque não está encontrando resistência.

Com razão Bauman chamou a atenção para o ressurgimento do fascismo no mundo. Na contracorrente de muitos pensadores, não glorificou o aparecimento das redes sociais, mesmo reconhecendo sua importância. Afirmou que as redes sociais eram uma “armadilha”. Assim como podem aproximar pessoas, elas também podem facilitar a disseminação do ódio e da intolerância.

Hoje o ódio flui de maneira avassaladora pelas redes sociais e contamina o convívio social. Basta um clique para tomar mais uma dose diária de ódio. A mensagem vem muito bem embalada, com estímulo à multiplicação: “passe adiante”! Não são textos abstratos, complexos. São imagens sedutoras que valem por mil palavras. O poder de persuasão é fantástico.

Diante de tamanho poder de manipulação e de doutrinação, nos perguntamos: *o que fazer?* Instrumentos legais contra as mentiras difundidas, a difamação, a calúnia, a destruição da imagem pública, são ainda muito precários e ineficazes.

Trata-se de uma involução civilizatória.

Esse é um contexto onde predomina a irracionalidade, como é próprio dos movimentos fascistas. É aqui que a Educação em Direitos Humanos pode atuar de modo eficaz, buscando o entendimento, o esclarecimento, a racionalidade, enfim, colocando em dúvida certezas absolutas, combater o sectarismo. Daí a importância de pautar, com prioridade e urgência, esse tema, na busca coletiva de alternativas.

A Educação em Direitos Humanos tem um papel histórico neste momento no Brasil. Os educadores devem ser chamados, convocados, para participar de um amplo debate sobre Direitos Humanos, com uma perspectiva dialógica da educação. *“Justiça começa com diálogo”*: esse deve ser o lema não só da Defensoria Pública, que já o adota, mas de todas as nossas entidades de professores e alunos.

Há compreensões diferentes da Educação em Direitos Humanos, como sustenta Paulo Freire: “a Educação em Direitos Humanos soa de forma diferente, de acordo com a postura, com a compreensão política, ideológica, do professor” (FREIRE, 2001, p. 96). A Educação em Direitos Humanos na perspectiva emancipadora, na perspectiva da justiça social “é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder” (*Idem*, p. 99). Para um educador não elitista, um educador transformador, não basta chegar ao poder; é preciso reinventar o poder tomado. A Educação em Direitos Humanos, na perspectiva transformadora, é uma educação para a justiça social, para uma “sociedade menos injusta para, aos poucos, ficar mais justa” (*Idem*, p. 101).

Para evitar possíveis ambiguidades e nos situar no campo da “perspectiva emancipadora” dos Direitos Humanos, como sustentava Paulo Freire, é que temos trabalhado com o conceito de “Educação Popular em Direitos Humanos”. Veja-se, a esse respeito, o movimento *Promova Consciência com Educação Popular em Direitos Humanos* ([facebook.com/promovaconscienciaedh](https://www.facebook.com/promovaconscienciaedh)).

4. RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA, NAS RUAS, NAS ESCOLAS, NAS REDES

Nossa conjuntura atual é de práticas regressivas. Pensávamos que práticas autoritárias tinham ficado no passado. Mas não. Elas continuam nas arbitrariedades praticadas, inclusive, por membros do Judiciário, quando, em lugar da investigação criteriosa e não seletiva, prevalece a convicção do juiz, muitas vezes formada pela mídia. A narrativa midiática não pode substituir as provas.

O autoritarismo, a intolerância, o ódio, o egoísmo estão ressurgindo com força. Isso exige de todos os cidadãos o engajamento aberto e declarado em favor da resistência democrática. Esse estado de coisas não pode prevalecer.

Estamos, sim, vivendo um cenário de violação de Direitos Humanos e de falência do Estado de Direito. Não há democracia sem respeito aos Direitos Humanos. Direitos fundamentais se constituem em patrimônio da humanidade; são conquistas civilizatórias agora ameaçadas.

Não podemos viver sob o paradigma da guerra que separa as pessoas em “amigas” e “inimigas”, com total ausência de reflexão e de diálogo, onde todos apostam todas as suas fichas nas suas próprias verdades, sem “problematização” – como dizia Paulo Freire – demonizando o “inimigo”.

Nossa frente de batalha é a Educação em Direitos Humanos, centrada nos princípios de convivência apontados por Freire.

Devemos reagir contra toda prepotência e arbitrariedade de falsas leituras da realidade que levam ao desencanto do cidadão com a política e a democracia e a perda da nossa própria humanidade, frente ao terror jurídico-midiático instaurado, reafirmando nossos direitos fundamentais ameaçados e nossa tarefa de educar para transformar, de educar para e pela cidadania como Educação em Direitos Humanos.

Devemos continuar defendendo nosso projeto de poder popular, de controle do cidadão frente às arbitrariedades do Estado de Exceção, de crença na educação emancipadora, na democracia e na política como meio de realizar a justiça social.

Devemos estar preparados para um longo tempo de passagem, neste “trânsito” (Freire) para a reconquista da democracia, neste interregno que não sabemos quanto tempo vai durar. O essencial, neste momento, é estarmos juntos, dialogando com muito cuidado, para encontrar o melhor caminho a seguir.

Não podemos assistir indiferentes à destruição do que levou décadas de luta para construir, mesmo de forma embrionária, uma educação para a cidadania, uma escola como espaço de convivência, de formação em valores, de solidariedade, de amorosidade, uma escola como um espaço acolhedor para as crianças, de construção da liberdade e da autonomia.

Estudantes e professores estão reagindo, ocupando escolas. É um exemplo de resistência, um exemplo da necessária *Pedagogia da cidadania*, e de luta para romper o cerco da educação neoliberal. O estado está perdendo a hegemonia sobre o projeto educacional, entregando-o ao Mercado. O princípio constitucional da laicidade e da obrigatoriedade está em perigo, quando a educação deixa de ser um direito para tornar-se um serviço, uma mercadoria.

São estudantes e professores que não querem ficar alheios à vida real e reivindicam participação no debate político num momento que os meios de comunicação do Mercado demonizam a política. Querem expressar suas opiniões e mostrar que a política é o espaço da construção de direitos, espaço de discussão dos destinos da escola e da sociedade e não algo ruim como se propala. Se não tomamos posição política acabamos sendo manipulados pelos que tomam posição por nós.

A escola não é apenas um lugar de aprendizagem escolarizada onde a vida real fica do lado de fora. É um lugar onde também se decide o futuro de uma geração que precisa pronunciar-se sobre o país que deseja construir e sobre a educação necessária para construir esse país. A escola é um lugar onde outro país, onde outro mundo, está sendo gestado.

5. APRENDA A DIZER A SUA PALAVRA

Em Paulo Freire encontramos duas categorias antropológicas que podem nos auxiliar na construção desse “contraponto à intolerância”: *diálogo e autonomia*. Ernani Maria Fiori, já em 1968, as identificou em seu belíssimo prefácio à *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 1974). Ele nos fala da necessidade de cada ser humano “aprender a dizer a sua palavra”.

Paulo Freire opõe a educação problematizadora do oprimido, à educação bancária do opressor: a primeira leva à humanização e a segunda à “manutenção objetiva da opressão”; a primeira caracteriza-se pela “colaboração, pela união, pela organização e pela síntese cultural”; a segunda caracteriza-se pela “conquista, pela divisão do povo, pela manipulação e pela invasão cultural”.

Para Paulo Freire ninguém liberta ninguém. Todos nos libertamos juntos, em comunhão. Karl Marx sustentavam que os trabalhadores só podem libertar-se por eles mesmos. Freire vai mais além: todos os seres humanos precisam libertar-se por eles mesmos. Uma das categorias fundamentais da pedagogia do oprimido é a *autodeterminação*, ainda pouco explorada e muito menos promovida nas nossas escolas.

Autonomia não significa isolamento, autossuficiência. A emancipação não é um ato isolado. Precisamos do outro para nos completar. Daí a necessidade do diálogo. Não se pode entender o conceito de *autonomia* em Freire desvinculado do conceito de *diálogo*. Sua concepção de diálogo foi particularmente desenvolvida no capítulo terceiro do seu livro *Pedagogia do oprimido*. Aí ele estabelece *cinco condições* para o diálogo: o amor, a humildade, a fé nos homens, a esperança e o pensar crítico. Para Paulo Freire o diálogo se identifica com o próprio ato de educar.

Aqui, o conceito de autonomia tem um sentido amplo: é autonomia moral, intelectual, social, política, econômica. A autonomia intelectual se manifesta quando pensamos por nós mesmos e não porque repetimos o que outros no falam. E como a educação para a autonomia é essencialmente política, a Educação em Direitos Humanos também o é. Ela tem uma dimensão política. Por isso a Educação em Direitos Humanos é tão combatida pelos que desejam manter as

condições de opressão e de manipulação. As novas condições, que garantem a dignidade humana, são viabilizadas pela ação política dos sujeitos que, como seres conscientes de seus direitos, defendem seus direitos e conquistam novos direitos. Para conquistar a autonomia, o educando precisa apropriar-se não só do saber técnico-científico historicamente acumulado pela humanidade. Ele precisa de uma formação política, social, ética e estética.

A palavra autonomia (do grego *autós+nomos*), significa, etimologicamente, poder de decidir por si próprio, “poder de dar a si a própria lei”: *autós* (por si mesmo) e *nomos* (lei). Autonomia tem a ver com libertação, com emancipação. Emancipado é aquele que não vive sob a lei do outro, do ditador, do usurpador. Emancipado é aquele que diz ao opressor: “tire as mãos de cima de mim”. É esse o sentido da palavra “emancipação” (*ex-mannus*) como aparece também em Marx.

Em Rousseau, educar para a razão e para a liberdade implicava educar para a autonomia. Autônomo é quem faz uso da sua liberdade, se auto-determina. Em Kant, a ideia de autonomia está associada à ideia de dignidade da pessoa humana. Ele concebe a autonomia como fundamento da dignidade humana. Paulo Freire concebe a autonomia como condição sócio-político-pedagógica de um povo ou de uma pessoa para conquistar e manter a sua liberdade e se emancipar. Uma pedagogia da autonomia e da emancipação tende a libertar “os homens de preconceitos, tradições acríticas, fés impostas, crenças irracionais” (GARCIA, 2012, p. 328). A pedagogia tanto pode formar para a autonomia quanto para a conformação, para a emancipação ou para a ideologização.

Para Paulo Freire diálogo é uma relação horizontal entre A e B. O diálogo é oposto ao antidiálogo, que implica numa relação vertical de A sobre B. O diálogo é crítico e o antidiálogo é acrítico, autossuficiente, desesperançoso, arrogante. Na relação não dialógica não há comunicação. Por isso, essa relação impede as pessoas de construírem sua autonomia.

A pedagogia da autonomia de Freire fundamenta-se na ética, no respeito à dignidade da pessoa humana. Como ele afirma: “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1996, p. 66). A autonomia é algo a ser conquistado criticamente e não fruto de uma doação. Ela é conquistada na prática da tomada de decisões do educando, de suas vivências, de sua “prática da liberdade”. Ninguém se torna autônomo espontaneamente. Assim como existe uma pedagogia que forma para a autonomia, existe uma pedagogia que forma para a submissão, para a dependência (ZATTI, 2007).

Na medida em que a ideia de autonomia, em Freire, está associada à ideia de dignidade humana, educar para os Direitos Humanos, para Paulo Freire, seria educar para a autonomia e para a liberdade.

6. INTOLERANTE É O SUJEITO QUE NÃO FALA POR ELE MESMO

A intolerância se manifesta quando é o outro que fala por mim, quando o eu é subjugado pelo meio, quando eu sou inteiramente moldado pelas circunstâncias,

quando deixamos de ser sujeitos e nos tornamos objetos, sujeitos objetivados, sujeitados. Enfim, quando perdemos nossa autonomia.

Por isso, podemos dizer que um intolerante é, em essência, um “mal-educado”, um ignorante, um sujeito que repete o que o outro diz. É um infans, no sentido etimológico da palavra, um sujeito “sem fala”, que não fala por ele mesmo. No fundo, um intolerante é um oprimido, um oprimido que não tem consciência de que é um oprimido.

Precisamos de uma Educação em Direitos Humanos para poder pensar por nós mesmos; precisamos de uma Educação em Direitos Humanos como educação para a autonomia e para a liberdade. Pode-se dizer que a autonomia faz parte da própria natureza da educação. Por isso, o seu conceito encontra-se em diversos autores, com diferentes significados:

- a) John Locke concebe-a como “autogoverno” (*self-government*), no sentido moral de “auto-domínio individual”;
- b) os educadores soviéticos Makarenko e Pistrak a entendiam, na sua pedagogia, como “auto-organização dos alunos”;
- c) Adolph Ferrière e Jean Piaget sustentavam que ela exercia um papel importante no processo de “socialização” gradual das crianças;
- d) o educador inglês Alexander S. Neill levou ao extremo, na prática, esse conceito, na sua escola de *Summerhill*, na Inglaterra, controlada autonomamente pelos alunos.

A autonomia é “real”, diz Georges Snyders, “*mas a conquistar incessantemente*” ... “*é muito menos um dado a constatar do que uma conquista a realizar*” (SNYDERS, 1977, p. 109). Snyders insiste que essa “autonomia relativa” tem que ser mantida pela luta e “só pode tornar-se realidade se participar no conjunto das lutas das classes exploradas” (*Idem, ibidem*). A escola precisa preparar o indivíduo para a autonomia pessoal, mas também para a inserção na comunidade e para a emancipação social.

Cornelius Castoriadis, relendo Freud, opõe autonomia à alienação, “*a autonomia seria o domínio do consciente sobre o inconsciente*” (CASTORIADIS, 1982, p. 123), onde o inconsciente é o “*discurso do outro*”. A alienação se dá quando “*um discurso estranho que está em mim, me domina, fala por mim*” (*Idem, p. 124*). O discurso do outro opera no imaginário criado, onde “o sujeito é dominado por um imaginário vivido como mais real que o real... domínio por um imaginário autonomizado que se arrojou a função de definir para o sujeito tanto a realidade quanto seu desejo” (*Idem, ibidem*).

O que era pura imaginação passa a ser verdade absoluta. Portanto, a educação enquanto processo de conscientização (desalienação) precisa ser uma educação para a autonomia, para a liberdade, para o oprimido extrair o opressor que se instalou dentro dele, que se “hospedou” neles, como dizia Freire. Diz Cornelius Castoriadis (1982, p. 26): “sujeito autônomo é aquele que sabe ter boas razões para concluir: isso é verdadeiro, e: isso é bem meu desejo. A autonomia não é pois elucidação sem resíduo e eliminação total do discurso do outro não reconhecido como tal. Ela é instauração de uma outra relação entre o discurso do outro e o discurso do sujeito. A total eliminação do discurso do outro não reconhecido como tal é um estado não-histórico”.

O sujeito autônomo não ignora o discurso do outro mas faz sua análise crítica, dialoga com ele, o reelabora, numa relação intersubjetiva: “não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e sua realização só pode conceber-se plenamente como empreitada coletiva” (*Idem*, p. 129). Enfim, sujeito autônomo é aquele que assume o que diz ou não diz, conscientemente.

Por que o discurso do ódio e da intolerância prospera tanto no Brasil, fazendo tantas vítimas? Certamente, uma das causas está no predomínio de uma pedagogia conteudista de cunho funcionalista – o “discurso do outro” na expressão de Castoriadis – que acaba destruindo a alma do professor, o seu ethos, o seu entusiasmo, a alegria de construir o saber elaborado junto com seus alunos, juntos com seus pares, sejam eles alunos, sejam eles professores. É uma *pedagogia que sufoca a multiculturalidade, impondo “um saber que contém, dentro dele, elementos que legitimam a dominação, que inibem a possibilidade de os homens se transformarem em sujeitos de sua própria história (...) um saber que foi expropriado e é devolvido aos seus criadores na forma de receitas, instruções, postulados”* (ARGUMEDO, 1985, p. 9).

7. PERSPECTIVAS E ALTERNATIVAS

Como educadores e educadoras, como profissionais da educação, devemos não só rechaçar o ódio e a intolerância, como apresentar alternativas. A denúncia precisa ser completada pelo anúncio (CANDAUI, 2007).

Para mim, um dos anúncios mais importantes, neste momento, é defender e fortalecer a presença da Educação em Direitos Humanos dentro e fora da escola.

Formação em Direitos Humanos é formação para e pela cidadania, para e pela democracia: sem democracia não há Direitos Humanos pois direito humano é direito a uma moradia descente, direito à saúde, à segurança, à educação etc. Direitos Humanos são complementares, interdependentes.

Cidadania significa, essencialmente, consciência de direitos e deveres e exercício da democracia. Não há cidadania sem democracia e não há democracia sem Direitos Humanos (DALLARI, 2004). A democracia fundamenta-se em três direitos: *direitos civis* (como segurança e locomoção); *direitos sociais* (como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação etc.); *direitos políticos* (como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos etc.).

Mas não bastam boas propostas. Precisamos também saber como implementá-las. Como estratégia, como metodologia, defendemos a necessidade de sair do círculo vicioso de quem fala sempre para o mesmo público, para nós mesmos. Precisamos de novas linguagens, principalmente para alcançar os jovens, precisamos utilizar melhor as novas tecnologias da informação, inclusive as redes e mídias sociais.

Para além do nosso público habitual, precisamos “furar a nossa bolha”, sair para fora: articular o que já existe e inovar. Não inventar a roda. Empoderar o que já existe por uma formação mais consistente. O contexto brasileiro é complexo, se por um lado temos uma onda fascista, por outro lado, temos muitos grupos, em especial de jovens, que estão se organizando pela luta por Direitos Humanos, em diferentes campos, em comunidades artísticas, religiosas, sindicais, sociais etc., que lutam pelo direito à terra, ao trabalho, à moradia etc.

Não se trata de “ensinar” Direitos Humanos, mas de entender e construir Direitos Humanos de múltiplas formas na vida cotidiana das pessoas, dentro e fora da escola. Fornecer instrumentais, estratégias, metodologias, para que o tema esteja presente na escola e na sociedade.

Trata-se de instituir algo virótico, rizomático, com o propósito de “contaminar” para que ele caminhe por si mesmo, seja assumido como projeto dos próprios participantes, apropriado reflexiva e autonomamente por eles. Qualquer iniciativa no campo da Educação em Direitos Humanos só será eficaz se os participantes se sentirem sujeitos ativos dela.

Há uma enorme sensibilidade e disponibilidade quando a proposta vem ao encontro da superação de dificuldades encontradas e das necessidades sentidas nas escolas em relação ao tema da intolerância, da agressividade. Dialogar significa ouvir e propor, construir juntos, mesmo com quem não concorda com a proposta, saindo da nossa bolha, usando novas metodologias, novas tecnologias (os jovens hoje estão mais no mundo digital), novas linguagens (oficinas culturais e artísticas que permitem mais escuta e envolvimento real), não só textos. Não podemos nos limitar a congressos ou conferências. Vale o trabalho de base, de resistência e luta.

Não se pode ensinar democracia com lições de democracia. Aprende-se democracia pelo seu exercício, pela sua prática, pelo exemplo. Fortalece-se a cultura democrática pelo seu exercício. Mas, para isso, é preciso criar canais de participação democrática, lutar por eles, exigir o direito de saber e de interferir no governo do humano. Temos poderosos meios de comunicação, mas temos mais comunicados do que comunicação. Somos uma espécie bem-sucedida no domínio da natureza mas, avançamos muito pouco no governo do humano.

Qualquer programa de Educação em Direitos Humanos precisa ter o diálogo como componente fundamental. Precisamos saber lidar com as diferenças. Não só respeitá-las, mas valorizá-las. Conviver com elas. Direitos Humanos devem ser trabalhados tendo por base o cuidado, a atenção, a predisposição para rever nossas verdades. A primeira virtude do educador, da educadora em Direitos Humanos será sempre a humildade, a paciência.

Precisamos enfrentar a agressão verbal que circula nas redes sociais e atinge tantas pessoas e são feitas no anonimato, sem fundamento, pelo simples motivo de que “se diz”, que alguém “disse”, foi “divulgado” etc. O rumor, o *bullying*, a ofensa verbal, a arrogância, as piadas racistas, machistas, LGBTfóbicas etc. Estamos baixando nosso nível civilizatório.

Perdemos conquistas culturais que nos aproximavam de um ser mais cordial. Jogamos a cordialidade e a civilidade no lixo, indignados com o bombardeamento constante do culto à violência na TV e nos debates políticos que procuram simplesmente desconstruir o outro. Nossos debates políticos se transformaram em guerras onde vale tudo para destruir o outro e nada para construir um mundo melhor. Falta-nos construir lideranças éticas que sejam fortes nos seus princípios e valores cidadãos.

Essa é uma tarefa de longo prazo. Mudanças estruturais, mudanças culturais, levam tempo, mas precisamos começar com um pequeno passo e muita luta e organização. Insisto na organização pois não basta sermos conscientes. Precisamos estar organizados.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não bastam programas. Precisamos de políticas. Daí a importância de termos Planos Estaduais e Municipais de Educação em Direitos Humanos. Políticas exigem diálogo e negociação. Mediação. Construção coletiva. Conhecimento científico. Dados. Estudo e pesquisa. Aprofundamento das temáticas. Uma teoria dos Direitos Humanos, uma releitura de nossos clássicos, intelectuais e lutadores pelos Direitos Humanos. Suas biografias sempre continuam nos inspirando. Relembro aqui de Dom Paulo Evaristo Arns, falecido neste ano, que conheci como um ser humano bondoso e generoso. Sempre aberto para a escuta e o diálogo.

Qualquer programa de formação em Direitos Humanos precisa se pautar pela história da defesa dos Direitos Humanos. Nós temos uma história a ser lembrada e estudada. Temos referenciais de luta pelos Direitos Humanos. Esquecer nossa história seria trágico. Por isso insistimos tanto que os jovens, nas escolas, tenham acesso a essa informação. Não temos futuro sem memória.

Há ainda um enorme desconhecimento em relação aos Direitos Humanos. Precisamos conhecer as políticas públicas para a adolescência e juventude, enfocando as questões de gênero, de orientação sexual, etnia, diversidade religiosa, espiritualidade, bem como as deficiências. Temos um marco legal: o *Plano Nacional de Direitos Humanos* (PNDH-3) e o *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. A partir deste referencial, construir os Comitês Municipais e Estaduais de Educação em Direitos Humanos. Construir os Planos Municipais e Estaduais de Educação em Direitos Humanos. O processo de construção desses comitês é, por si só, um grande exercício de formação em Direitos Humanos. Aprendemos na luta, nos organizando. A luta é pedagógica.

Precisamos conhecer os instrumentos existentes, mesmo aqueles que foram criados e não estão em funcionamento. Precisamos de promoção dos Direitos Humanos. Precisamos de prevenção contra a violação dos Direitos Humanos. Colocá-los na agenda política. Papel político do educador em Direitos Humanos é se colocar na disputa política para que a população não veja os Direitos Humanos como direitos de bandidos. Combater a criminalização dos Direitos Humanos.

Enfim, vivemos um momento perigoso em que nos avizinhamos de um retrocesso civilizatório. Ódio e intolerância têm crescido como nunca. Não se trata de silenciar vozes e nem de suprimir diferenças. A diferença é uma riqueza e não uma deficiência. Trata-se de construir, pelo diálogo, o encontro das diferentes vozes. Chamar à racionalidade, ao esclarecimento, ao entendimento. Defender uma posição e saber dialogar com as opiniões divergentes é uma manifestação desse grau de civilização que almejamos alcançar em tempos de acirramento das divergências.

Perigosamente estamos convivendo com uma “cultura da delação” na escola, cujo objetivo é intimidar e criar o medo entre professores e alunos nessas “escolas sem partido” que são escolas de censura. Esse foi o caminho que percorreu o fascismo na Itália e na Alemanha e o macartismo nos Estados Unidos.

A propaganda nazista convenceu a quase totalidade do povo alemão que os judeus eram criminosos e que eles representavam uma raça inferior, que impedia o

progresso da Alemanha. A máquina nazista contava com uma escola de intolerância e medo, onde crianças denunciavam seus próprios pais quando não simpatizavam com o nazismo. A escola fazia parte de uma engrenagem, ao lado da mídia, de um sistema que promovia o genocídio e o extermínio em massa.

Como um povo, com tanto estudo, podia ser manipulado dessa forma? Como doutores formados na universidade podiam construir formas para incinerar adversários políticos?

São perguntas finais que deixo para nossa reflexão coletiva.

REFERÊNCIAS

- ARGUMEDO, Manuel Alberto, 1985. **Conteúdos programáticos da Educação básica**. Rio de Janeiro, Seminário Internacional de Educação Básica de Jovens e Adultos, 21 de nov e 1985, mimeo.
- BAUMAN, Zygmunt, 2001. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BITTAR, Eduardo, 2008. **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Latin.
- BOBBIO, Norberto, 2004. **A Era dos Direitos**. Nova Edição. Campus. 2004, 210p.
- BRASIL/SEDH, 2006. **Plano nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC/Unesco.
- CANDAU, Vera Maria e Suzana SCAVINO, orgs, 2000. **Educar em Direitos Humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A.
- CANDAU, Vera Maria, 2001. **Experiências de Educação em Direitos Humanos na América Latina: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova América (Cadernos Nova América, no. 10).
- CANDAU, Vera Maria, 2012. "Educação em Direitos Humanos no Brasil: gênese, desenvolvimento e desafios atuais". In: PAIVA, R. A. 2012. **Direitos Humanos e seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: PUC-RJ/Pallas.
- CANDAU, Vera Maria, 2007. "Educação em Direitos Humanos: desafios atuais". In: SILVEIRA, Rosa Maria, org. 2007. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária.
- CARBONARI, Paulo, 2007. "Sujeito de direitos humanos: questões abertas em construção". In: SILVEIRA, Rosa Maria, org. 2007. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária.
- CASTORIADIS, Cornelius, 1982. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTORIADIS, Cornelius, 1991. **A criação histórica: o projeto da autonomia**. Porto Alegre: Palmarinca.
- CHAUÍ, Marilena, 2006. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- COMPARATO, Fábio Konder, 1999. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva.

- CORTINA, Adela, 2005. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola.
- DALLARI, Dalmo de Abreu, 2004. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna.
- DIEHL, Diego Augusto, 2012. **Democracia e Educação em Direitos Humanos: um debate sobre o PNDH-3 e o PNEDH à luz da pedagogia freiriana**. Brasília. Revista REDUnB, v.10, pp. 275-297.
- FREIRE, Paulo, 1974. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo, 1996. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo, 2001. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: EDUNESP.
- FREIRE, Paulo, 2014. **Pedagogia da tolerância**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Silene de Moraes, 2008. "Extensão universitária e direitos humanos: desafios na contemporaneidade". In: Revista **Extensão em Foco**. Curitiba: UDPF, n. 2, p. 133-142, jul./dez. 2008.
- GADOTTI, Moacir, 1989. **Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar**. Petrópolis, Vozes, 1989.
- GARCIA, Diogo Basei, 2012. **Por uma pedagogia da autonomia: Bakhtin, Paulo Freire e a formação de leitores autorais**. São Paulo: FEUSP (Dissertação de Mestrado).
- MOSCA, Juan José e Luís Pérez Aguirre, 1990. **Direitos Humanos: pautas para uma educação libertadora**. Petrópolis: Vozes.
- PADILHA, Paulo Roberto, 2005. "Educação Em Direitos Humanos sob a ótica dos ensinamentos de Paulo Freire". In: SCHILLING, Flávia, org. 2005. **Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas**. São Paulo, Cortez, pp. 171-181.
- PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira e Célio Vanderlei Moraes (orgs.), 2011. **Educação, participação política e Direitos Humanos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- SANTOS, Boaventura Souza e Marilena Chauí, 2013. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez.
- SILVEIRA, Rosa Maria, org. 2007. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária.
- SNYDERS, Georges, 1977. **La joie à l'école**. Paris: PUF.

TABAJIBA, Luciana, 2002. "Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil". In: DAGNINO, Evelina, org. 2002. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TOSI, Giusepe, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Maria de Nazaré Tavaress Zenaide, orgs., 2014. **A formação em Direitos Humanos na educação superior no Brasil: trajetória, desafio e perspectivas**. João Pessoa: UPFB.

VIOLA, Solon Eduardo Annes, 2008. **Direitos humanos e democracia no Brasil**. São Leopoldo: Unisinos.

ZATTI, Vicente, 2007. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EdiPUCRS.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, 2014. "Extensão universitária em direitos humanos no Brasil". In: TOSI, Giusepe, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Maria de Nazaré Tavares Zenaide, orgs., 2014. **A formação em Direitos Humanos na educação superior no Brasil: trajetória, desafio e perspectivas**. João Pessoa: UPFB, pp. 525-548.